

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PROJovem NATAL

Autor (1) Erica Franco Medeiros de Souza; Co-autor (1) Rizzardo Roderico P. Q. de R. Góis

FIC- erylkaf@hotmail.com; UFPE – rizzardo21@yahoo.com.br

Resumo O presente estudo apresenta uma análise do programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) de Natal, destacando o projeto do governo federal, como uma ferramenta que pode ser utilizada de inclusão social, indo além dos objetivos educacionais já previstos pelo programa. Este trabalho relaciona as principais ideias sobre educação profissional dentro da ótica da educação básica para jovens e adultos, destacando a formação do indivíduo para o mercado de trabalho como uma ação importante na sua inclusão social. Aponta, ainda, propostas para superar algumas dificuldades vivenciadas no referido programa, como evasão, postura de práxis docente e conteúdo que atenda a heterogeneidade dos alunos. Objetivo do referido trabalho é avaliar a modalidade Ensino Profissionalizante, em especial as atividades desenvolvidas pelo Projovem, refletindo sobre a potencialidade do programa. A metodologia utilizada no estudo em apreço utilizou foi o Método científico hipotético-dedutivo que tem como base uma dedução de hipótese que é levantada a partir de um problema.

Palavras-chave: Projovem, Educação, Profissionalizante.

INTRODUÇÃO

O fracasso escolar vem condicionando o envolvimento cada vez mais precoce de crianças e adolescentes no mundo do crime, muitas vezes impulsionados pelas necessidades materiais imediatas da família, envolvimento com drogas, falta de oportunidades e descrédito nos atuais modelos de ensino. As políticas públicas para a juventude - representadas neste trabalho particularmente pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) - tem a pretensão de reduzir o problema histórico de exclusão de uma parte significativa da população, oferecendo ensino básico e qualificação profissional de forma integrada.

O objetivo central do Projovem (Projovem Urbano - PJU) é trazer de volta à escola os jovens que não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à qualificação profissional juntamente com o desenvolvimento de ações comunitárias e exercício da cidadania.

Ao participarem do referido programa, os beneficiados além das disciplinas regulares do ensino fundamental e do curso profissionalizante - que varia de acordo com cada região e edição - recebem durante todo o período do curso um auxílio financeiro mensal condicionado à presença deste jovem nas atividades presenciais e a entrega de trabalhos pedagógicos.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Em tese, é uma proposta interessante: trazer de volta o jovem para a escola, dar uma direção profissional e custear a bolsa-auxílio para estimular a permanência dos participantes no projeto. Todavia, apesar dos esforços do Governo Federal para valorizar e fomentar a formação de jovens e adultos, tal iniciativa não está conseguindo alcançar metas expressivas principalmente em razão de grande parte dos alunos sequer chegar a concluir o curso. É preciso investigar as principais dificuldades que estão entrvando a plena aceitação do Projovem para que a realização dos objetivos diretos e indiretos previstos por esta política de educação possam ser concretizados.

Também se faz necessário que pesquisadores da área de educação atuem em conjunto com pesquisadores de outras áreas na busca de alternativas para torná-lo um projeto viável, com resultados significativos e de verdadeiro impacto social, com isso não estamos creditando a responsabilidade de solução dos problemas sociais somente à educação e ao referido projeto de inclusão, mas procuramos demonstrar a importância do investimento do poder público na formação integral do jovem como fator de redução de desigualdade e violência, na medida em que o cidadão, atendido em seus direitos primordiais, poderá ter a chance de decidir que caminho seguir, pois essa oportunidade ao menos lhe foi proporcionada.

METODOLOGIA

O interesse em pesquisar sobre educação profissional e sua relação com a criminalidade surgiu através da reflexão acerca da deficiência das ferramentas atualmente utilizadas pelo Estado e pela sociedade na busca de soluções para inclusão social do jovem, sua inserção no mercado de trabalho, formação acadêmica e humana. Esta análise modernamente se mostra de suma importância.

O estudo em apreço utiliza o Método Científico hipotético-dedutivo que tem como base uma dedução de hipótese que é levantada a partir de um problema. Também foi utilizada a revisão bibliográfica construída a partir de material já publicado, como: jornais e revistas, artigos científicos, monografias, dissertações, teses e etc., bem como o uso da pesquisa de campo quantitativa objetivando identificar a relação da participação do jovem no Projovem Urbano (PJU) e indicadores de criminalidade, utilizando como exemplo o município de Natal/RN.

Os dados foram coletados através da análise de documentos oficiais do programa, colhidos na Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN, e cruzados com informações públicas obtidas através do banco de dados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), visando obter informações que contribuam para elucidação das questões propostas.

DISCUSSÃO

As mudanças sociais, principalmente nas áreas tecnológica e trabalhista dos países que seguem o modelo capitalista de produção, influenciaram sobremaneira a forma como a educação configurou seu currículo de ensino para se adequar as exigências do mercado de trabalho. Tema bastante complexo e com opiniões divergentes. Freire (1997) critica a educação voltada para competências por objetivar atender os interesses econômicos de determinadas classes sociais em detrimento do cultivo puro e simples do saber, da educação que liberta, da educação crítica e conscientizadora.

Apesar da educação profissional ser objetivamente técnica e qualificadora, não significa dizer que será sempre alienante e desacompanhada do senso crítico característico da educação voltada para independência do homem como cidadão. Nesse sentido acreditamos que ambos os objetivos – qualificar e conscientizar – podem ser auferidos dentro do modelo de educação tecnológica que busque equilibrar ideais e oferecer uma formação escolar completa.

A profissionalização não é um fim em si, mas uma oportunidade para a entrada e permanência dos adolescentes e adultos na escola, estimulando a continuação formativa, buscando posicionamento do jovem no mercado de trabalho e na sociedade. De acordo com Salgado (2004):

A educação regular e humanista deve ser uma conquista de toda a sociedade promovida desde os primeiros anos da infância até a vida adulta. Por ela se promove o nível de consciência das pessoas, se situa o indivíduo em seu meio e no tempo e se desenvolvem potenciais e competências físicas, psicológicas e emotivas. O fator trabalho entrará nesse contexto como um complemento e como um dos planos do projeto de existência de cada indivíduo. (SALGADO, 2004, p.25).

O trabalho sempre fez parte da vida do ser humano e é através dele que a sociedade vem se desenvolvendo material e culturalmente. Para Lukács (1982) em sua análise sobre a ontologia do ser social, o filósofo trata o trabalho como uma atividade fundamental do ser humano, *ontocriativa*, que se relaciona com os meios de existência na interligação do homem com a natureza, com a cultura e o aperfeiçoamento de si mesmo.

O trabalho como princípio educativo é positivo nesta etapa de vida, pois é nesta fase que os objetivos e metas estão se delineando, juntamente com as noções de cidadania e finanças. A experiência educativa deve, portanto, proporcionar meios de motivar a busca pela independência desse jovem para que este compreenda que pode almejar um futuro melhor com o valor dos seus próprios esforços, sem ter que recorrer ao mundo do crime.

O jovem, principalmente aquele em situação de vulnerabilidade, precisa de uma escola que seja realista, que ofereça condições para que o aluno possa se manter estudando, buscando uma profissão, ao mesmo tempo ampliando os horizontes para novas possibilidades, caso contrário, não conseguirá garantir a permanência destes jovens na vida escolar.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) é uma alternativa encontrada pelo Governo Federal para fomentar a escolarização/formação profissional de pessoas que não conseguiram continuar na vida acadêmica, resgatando esse público através da profissionalização e ações de cidadania.

A LDB 9.394/96 reconhece a importância da educação profissional para os jovens e adultos, quando em seu artigo 37 prevê que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

(...)

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Para corroborar com a ideia que estimular a profissionalização juvenil pode reduzir a criminalidade podemos citar o exemplo do POD (Programa de Oportunidades e Direitos) RS Socioeducativo, criado em 2009 no Rio Grande do Sul, que atendeu jovens infratores de 12 a 21 anos que deixam o sistema de internação.

Cada egresso passou a receber, no período de um ano, uma bolsa de meio salário mínimo (R\$ 468,50), vale-transporte e alimentação, condicionados a frequência em cursos de formação em áreas como informática, mecânica e manutenção predial. De acordo com o governo gaúcho, a cada dez jovens atendidos pelo programa, apenas três reincidem no crime.

Assim, é possível que uma mudança na forma de ofertar a prestação educacional atraia uma parcela da juventude e impeça que aqueles já matriculados abandonem a escola e sigam por outro caminho. O aumento de cursos profissionalizantes, com ampliação do número de vagas em projetos educacionais e parcerias com empresas que aceitem estagiários egressos desses cursos, propiciaria o aumento do capital do jovem/profissional e, conseqüentemente, uma melhora das suas oportunidades no mercado de trabalho.

O PROJOVEM

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano (PJU) faz parte da Política Nacional de Juventude implantada pelo Governo Federal, em 2005. A estrutura do ProJovem compõe a Política Nacional Integrada voltada às demandas recorrentes à área sócio educacional, nas áreas urbanas, prisionais e do campo, dividindo-se em: ProJovem Urbano, ProJovem do Campo, ProJovem Trabalhador e ProJovem Adolescente. Ao longo dos anos tais projetos receberam reformulações, mas a proposta para a juventude continua sendo basicamente a mesma.

As atividades acontecem em núcleos, que podem ser escolas ou outro espaço definido pela gestão local. Cada núcleo normalmente tem cinco turmas, cada turma com uma base de 40 alunos, totalizando 200, a exceção seria com relação aos casos em que ocorre reagrupamento de salas ou núcleos devido à desistência dos alunos.

No tocante aos profissionais que atuam no Programa, há professores com Licenciatura plena nas áreas que compõem a Formação básica, como: Língua portuguesa, Língua estrangeira, Matemática, Ciências da natureza, Ciências humanas. Além destes, há os profissionais para atuar em Qualificação profissional, com formações específicas aos cursos oferecidos, bem como as assistentes sociais para estarem à frente das atividades de Participação cidadã.

No tocante ao arco profissional, o município que aderiu ao projeto, de acordo com a disponibilidade de material, verbas, logística em geral, escolhe quais atividades profissionalizantes serão ensinadas aos jovens, variando de acordo com a realidade local, como por exemplo podemos citar as áreas de informática, telemática, transporte, turismo, alimentação, dentre um total de 23 arcos profissionais. Ao final do curso o aluno recebe um certificado de conclusão que o torna apto a ingressar no mercado de trabalho e dar continuidade aos estudos.

PRÁXIS PEDAGÓGICA

Não é de hoje que se procura métodos e práticas adequados para o ensino de jovens e adultos. Devido à tecnologia, modernização dos meios de informação, mudanças sociais e culturais, se faz indispensável que as novas metodologias utilizadas em sala de aula sejam capazes de fazer com que o aluno se identifique com os conteúdos e participe do processo de aprendizagem. Para que o educador atinja esse objetivo, é preciso que esteja preparado, em processo de formação contínua. Mas segundo Ribeiro:

Nas últimas décadas, a pesquisa educacional brasileira vem abordando um amplo conjunto de problemas relacionados à formação e ao desempenho dos educadores que atuam no Ensino Fundamental; quando a área de estudos é a educação de jovens e adultos, a esses problemas se agrega mais um, que no mais das vezes acaba sendo postulado como uma tradução sintética dos demais: a falta de formação específica dos educadores que atuam nessa modalidade de ensino, resultando numa transposição inadequada do modelo de escola consagrado no ensino fundamental de crianças e adolescentes. (RIBEIRO, 1999, p. 184).

Visando minimizar as reivindicações dos docentes com relação ao escasso conhecimento em torno dos aspectos da EJA, o Projovem Urbano realiza uma formação inicial antes do início do programa e uma continuada, durante a execução do programa, para os coordenadores professores e formadores.

Entretanto, alguns obstáculos como por exemplo a carga horária noturna, a distância dos núcleos (que geralmente se situam em áreas periféricas ou de risco), a própria formação dos docentes aos sábados e a violência em torno das escolas, fazem com que os professores desistam de prosseguir no projeto. Após essas desistências, é preciso contratar novos professores que não participaram da formação inicial, ou seja, que ainda não compreendem todas as diretrizes e objetivos do Projovem. Esses impasses acabam por desmotivar o docente, refletindo em seu desempenho na turma, pois o professor acima de tudo precisa estar motivado para trabalhar, desenvolver sua capacidade e criatividade.

Outro obstáculo, comprovado na prática, é o uso de materiais didáticos e metodologias defasadas que vem se procrastinando desde os anos 70 até os dias atuais em muitas escolas, causando o progressivo desestímulo dos estudantes. Não se concebe no momento histórico em que vivemos que a leitura do livro didático seja suficiente para o processo ensino-aprendizagem aconteça, que o educador prescindia de meios tecnológicos ou inovadores para compartilhar informações.

É de primordial importância, principalmente como forma de minimizar a evasão escolar, ter em sala de aula um professor que saiba criar uma relação interpessoal de respeito e confiança com os alunos. Não se trata somente de transmitir o conteúdo, mas de ir além deste. É o que esperam os jovens. O papel do professor na educação de jovens e adultos pressupõe uma atuação social mais intensa, o diálogo aberto, metodologias amparadas em conteúdos modernos, atrativos e pertinentes para aquele determinado grupo.

RESULTADOS

Partindo da análise de dados gerais nacionais, dentre as principais dificuldades encontradas na execução do Projovem observamos que a evasão é o maior obstáculo do programa, seguido de outros fatores como questões de ordem pedagógica, estrutura das escolas, causas financeiras, familiares, etc. Através de revisão bibliográfica, avaliação de dados apresentados em entrevistas fornecidas por diversos pesquisadores do tema Projovem, podemos sintetizar alguns pontos que poderiam ser trabalhados para melhorar a execução do programa:

- Viabilização de transporte escolar ou ampliação do número de escolas/locais de funcionamento do Projovem visando facilitar o acesso dos estudantes aos locais onde são ministradas as aulas;

- Estruturação das escolas que funcionam como núcleos do Projovem – investimentos na melhoria dos laboratórios de informática, salas de acolhimento para os filhos dos alunos, utilização do espaço escolar para desenvolvimento de outras atividades sociais;
- Utilização de metodologias compatíveis com a educação de jovens e adultos atentando para o caráter de reinserção social deste grupo que tem uma vivência diferente dos demais alunos do ensino fundamental, buscando oferecer uma experiência oposta da que este teve quando frequentou a escola regular, onde não encontrou motivação para prosseguir os estudos;
- Ampliação das formas de divulgação das inscrições para programa, preferencialmente através de campanhas publicitárias do Governo – atualmente este procedimento é realizado por meio de avisos informais, de forma precária, inviabilizando a publicidade e o acesso a informação;
- Organização da documentação e certificado dos alunos de forma centralizada, preferencialmente na secretaria de educação, evitando a perda de informações ocasionadas pelo fechamento e transferências dos núcleos;
- Treinamento dos professores preferencialmente através da modalidade de Ensino à Distância - EAD, com encontros mensais, facilitando o acesso dos docentes e dos novos contratados aos cursos de formação continuada;
- Participação e envolvimento do município no programa, buscando parcerias com outras instituições para encaminhamento dos egressos do Projovem para o mercado de trabalho;

CONCLUSÃO

A importância de se pesquisar alternativas que contribuam para o aperfeiçoamento de projetos como o Projovem, está relacionada a fatores que vão além da possibilidade de conclusão do Ensino Fundamental: os resultados repercutem diretamente no comportamento dos jovens, refletem na autoestima, na percepção que eles têm de si mesmos como membros da sociedade.

A oportunidade que a educação profissional-cidadã traz para mudar a trajetória de vida dos participantes é fundamental para transformar o panorama de violência e desamparo que circunda a juventude brasileira.

Apesar de englobante, este rol não é exaustivo, pois a diversidade de cada município, a realidade social vivenciada pelos estudantes, a diferença de formação entre os alunos e causas de ordem pessoal são aspectos bastante distintos, dificultando a tomada de decisões por parte dos gestores do programa. No geral, ações sociais como o Projovem, bem como as demais modalidades de ensino regular, carecem de incentivos financeiros por parte dos governos.

Para viabilizar a execução do PJU é imprescindível a contratação de mais profissionais, melhorias em escolas, em material didático, tudo isso gera um custo para o Estado, que notadamente não parece disposto a cumprir com seu papel como prescreve a Constituição Brasileira.

Portanto, é preciso que o país como um todo se volte para abraçar a causa da educação, do ensino que liberta, que produz o cidadão consciente do seu papel na sociedade. É necessário um planejamento estratégico eficiente, a curto e longo prazo, para que o Brasil possa avançar na educação, facilitando o crescimento econômico e o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9394/96. Brasília, DF, Senado, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acessado em: 02 de Junho de 2018.

_____. Decreto-Lei nº 6629, de 4 de novembro de 2008. **Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem**, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 nov. 2008b

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. (2014) **Oportunidades para o jovem no mercado de trabalho e homicídios no Brasil**. In: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (Org.). Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desafios_completo-web.pdf

CHASIN, J. Lukács: **Vivência e reflexão da particularidade**. Ensaio, São Paulo, IV (19): 55-69, 1982.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997



RIBEIRO, Vera Masagão. **A formação de educadores a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico.** Educação & Sociedade. Campinas: ano 20, n. 68, dez. 1999, p. 184.

SALGADO, Edmée Nunes. **A educação e o trabalho num tempo de crise.** Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, v.30, n.3, p. 22-29, Set/Dez. 2004.